

AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE DO BRASIL: UM RETRATO ATUALIZADO A PARTIR DOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017

Family farming in Northeast of Brazil: an updated portrait from the data of the 2017 agricultural census

Joacir Rufino de Aquino

Economista. Mestre em Economia Rural e Regional pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professor Adjunto IV do Curso de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Campus de Assú/UERN). joaciraquino@yahoo.com.br

Maria Odete Alves

Engenheira Agrônoma. Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora do BNB-Etene. moalves@bnb.gov.br

Maria de Fátima Vidal

Engenheira Agrônoma. Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisadora do BNB-Etene. fatimavidal@bnb.gov.br

Resumo: O objetivo do presente artigo é analisar a importância e as características socioeconômicas da agricultura familiar da Região Nordeste do Brasil no final da segunda década do Século XXI. Para tanto, utilizam-se dados recentes do Censo Agropecuário 2017, adotando como critério metodológico o recorte da Lei da Agricultura Familiar. Apesar da grave seca que atingiu a área estudada entre 2012-2017, o texto mostra que a agricultura familiar representa a maioria dos estabelecimentos rurais nordestinos, gera ocupação para mais de 4,7 milhões de pessoas, responde por parcela importante da oferta local de alimentos e contribui diretamente para o dinamismo da economia dos municípios da Região, movimentando mais de R\$ 32 bilhões em 2017. Contudo, uma parcela expressiva do segmento ainda é muito pobre e tem o seu potencial produtivo bloqueado por “múltiplas carências de ativos” (acesso precário a terra, a educação formal, a assistência técnica, a tecnologias produtivas etc.). Nesse contexto, a articulação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da base de ativos dos agricultores familiares, com foco na geração de ocupação e renda, se constitui em uma ação estratégica para o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Desenvolvimento Regional; Nordeste.

Abstract: The aim of this article is to analyze the importance and socioeconomic characteristics of family farming in the Northeast region of Brazil at the end of the second decade of the 21st century. To this end, it uses recent data from the 2017 Agricultural Census conducted by IBGE. Despite the severe drought that hit the region between 2012-2017, the text shows that family farming represents the majority of rural establishments in the Northeast, generating employment for more than 4.7 million people, accounting for an important portion of the local food supply and directly contributes to the dynamism of the economy of the municipalities in the Region, moving more than R\$ 32 billion in 2017. However, a significant portion of the segment is still very poor and its productive potential is blocked by “multiple asset shortages” (precarious access land, formal education, technical assistance, productive technologies, etc.). In this context, the articulation of public policies aimed at strengthening the asset base of family farmers, with a focus on generating employment and income, constitutes a strategic action to combat poverty and promote regional development.

Keywords: Family farming; Regional development; Northeast.

1 INTRODUÇÃO

A categoria “agricultura familiar” começou a ganhar legitimidade social e política no Brasil a partir da primeira metade dos anos 1990, substituindo expressões como “pequenos produtores” ou “agricultores de subsistência”. Desde então, o debate acadêmico sobre o tema tem estimulado um conjunto significativo de pesquisas empíricas sobre sua importância para o desenvolvimento da economia nacional e também para a manutenção do tecido social nos espaços rurais das diferentes regiões do País.

Do ponto de vista das políticas públicas, um dos acontecimentos mais significativos ocorreu com a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996. A criação desse programa pioneiro, resultado das lutas dos movimentos sociais e sindicais do campo, fez com que a identificação e quantificação dos estabelecimentos agrícolas familiares adquirissem relevância concreta para orientar a intervenção governamental, particularmente no que diz respeito ao financiamento com juros subsidiados, assistência técnica, seguro rural e formas diferenciadas de garantia de compra da produção (GRISA; SCHNEIDER, 2015; MIRANDA; TORRENS; MATTEI, 2017).

De igual relevância foram os estudos pioneiros realizados pelo Convênio FAO/Inra (1995; 1996; 2000) e, principalmente, o Censo Agropecuário 2006 publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009; IBGE/SIDRA, 2012), que tiveram o mérito de gerar um rico banco de dados sobre a situação da agricultura familiar de norte a sul do Brasil. Os resultados dessas pesquisas, além de subsidiar a elaboração de ações públicas em prol do setor, abriram novas possibilidades de estudo sobre a diversidade dessa forma de produção nos territórios rurais brasileiros.

Particularmente no caso do Nordeste, o Censo Agropecuário de 2006 evidenciou que a agricultura familiar se constituía na forma de produção predominante no campo. Além disso, representava metade do contingente desse tipo de produtor no País, tendo também importância significativa na geração de ocupações, na produção de alimentos e nas cadeias produ-

vas que formam o Produto Interno Bruto (PIB) da Região (CASTRO, 2012; COELHO, 2010; GUANZIROLI; DI SABBATO; VIDAL, 2011; GUILHOTO; AZZONI; ICHIHARA, 2012).

No período recente, entretanto, faltam evidências que demonstrem a real situação do segmento em nível agregado, bem como seu papel para o desenvolvimento regional. Nesse sentido, na expectativa de contribuir com os debates sobre a temática, o objetivo do presente artigo é analisar a importância e as características socioeconômicas da agricultura familiar da Região Nordeste do Brasil no final da segunda década do século XXI.

Para tanto, tendo como referência principal os dados do Censo Agropecuário 2017 do IBGE divulgados em outubro de 2019, apresenta-se um panorama atualizado da agricultura familiar nordestina enfocando questões relativas ao número de estabelecimentos, área ocupada, condição do produtor, mão de obra ocupada, características tecnológicas, valor da produção, receitas, outras rendas, acesso a financiamentos, entre outras variáveis relevantes.

A estrutura do texto está organizada em quatro seções, além desta Introdução. A segunda parte apresenta uma breve contextualização do campo nordestino, que servirá de pano de fundo para a análise dos dados. A terceira seção descreve a metodologia adotada na pesquisa, destacando a fonte dos dados e os procedimentos de seleção das variáveis utilizadas. A seção quatro apresenta as informações geradas a partir do processamento das estatísticas do Censo Agropecuário 2017 e discute os principais resultados da situação da agricultura familiar no meio rural nordestino. Finalmente, na última parte, apresentam-se algumas considerações sobre o retrato social descrito e os desafios dele decorrentes.

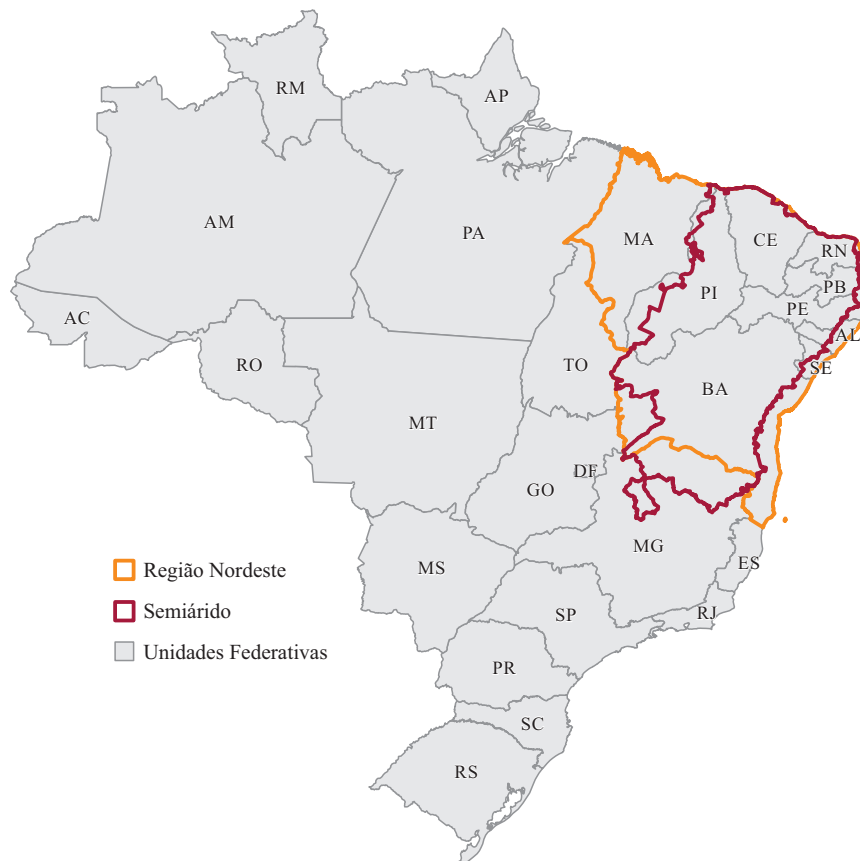
2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CAMPO NORDESTINO NO FINAL DA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI

A Região Nordeste do Brasil ocupa uma área de 1,56 milhão de km² (pouco mais de 18% do território nacional) e abriga cerca de 57 milhões de habitantes (IBGE, 2018; 2019). Do ponto de

vista político-administrativo, é composta por nove estados: Alagoas (AL), Bahia (BA), Ceará (CE), Maranhão (MA), Paraíba (PB), Piauí (PI), Pernambuco (PE), Rio Grande do Norte (RN) e Sergipe (SE).

Em termos físicos, Andrade (2005) destaca que o território nordestino se divide em quatro sub-regiões naturais: meio-norte, sertão, agreste e zona da mata, sendo que a maior parcela do espaço regional (64,8%) encontra-se no Semiárido Brasileiro, conforme pode ser visualizado na Figura 1.

Figura 1 – Localização geográfica da Região Nordeste e delimitação institucional do Semiárido Brasileiro – 2017



Fonte: BNB-Etene (2020).

Abrigando uma população de 26,2 milhões de habitantes (IBGE, 2019), o Semiárido nordestino abrange dois municípios maranhenses e os demais estados da Região, dos quais ao menos quatro possuem mais de 80% dos seus territórios localizados nesse ambiente natural específico – Ceará (98,7%), Rio Grande do Norte (93%), Paraíba (90,9%) e Pernambuco (87,8%) – de acordo com a delimitação institucional atualmente vigente (BRASIL, 2018).

Dentre as características que singularizam o quadro edafoclimático predominante na maior parte do meio rural nordestino, destacam-se (ANDRADE, 2005; MAIA GOMES, 2001): a pluviosidade baixa e irregular, com ocorrência periódica de secas; as temperaturas elevadas

com altas taxas de evapotranspiração; os solos pouco permeáveis e sujeitos à erosão; e a predominância da vegetação de caatinga.

As mudanças socioeconômicas ocorridas nas últimas décadas repercutiram positivamente na qualidade de vida da população rural nordestina. Porém, os efeitos nocivos das secas continuam atingindo as atividades produtivas, principalmente aquelas desenvolvidas pelos agricultores familiares mais pobres. Observe-se no Quadro 1 que a Região foi atingida por uma das maiores estiagens de sua história recente, quer seja por sua duração (2012-2017), quer seja pelos seus efeitos na ampliação da escassez hídrica regional, sendo, por conta disso, denominada doravante de a “Grande Seca”.

Quadro 1 – Anos de secas registrados no Nordeste Brasil nos séculos XVI a XXI

Século XVI	Século XVII	Século XVIII	Século XIX	Século XX	Século XXI
1553	1603	1709-1711	1803-1804	1900	2001-2002
1559	1606	1720-1727	1808-1810	1903-1904	2005
1583	1614-1615	1730	1816-1817	1907	2007-2008
1587	1645	1732	1824-1825	1909-1910	2010
	1652	1734-1737	1827	1914-1915	2012-2017
	1692-1693	1744-1748	1830-1833	1917	
		1751	1835-1837	1919	
		1754	1842	1921-1922	
		1760	1844-1847	1930	
		1766	1877-1879	1932-1937	
		1771-1772	1888-1889	1941-1945	
		1776-1778	1891	1951-1954	
		1782-1784	1898	1958-1959	
		1790-1794		1962-1964	
				1966	
				1970	
				1976	
				1979-1983	
				1986-1987	
				1992-1993	
				1997-1999	

Fonte: Lima e Magalhães (2018, p. 203). Adaptado pelos autores.

Cabe salientar que a gravidade da Grande Seca (2012-2017) não implicou no esvaziamento das áreas rurais como ocorria durante boa parte do século XX. A melhoria na infraestrutura hídrica e a rede de proteção social (com a expansão das aposentadorias rurais e do programa Bolsa Família), juntamente com outras políticas de incentivo à economia em geral, foram fatores decisivos para a melhoria da capacidade de resiliência das populações do campo. Também contribuiu para isso o crescimento da pluriatividade e das rendas não agrícolas graças à maior integração rural-urbano (AQUINO; NASCIMENTO, 2020; ARAÚJO, 2014; CARVALHO, 2014).

Mas nem todos os setores atravessaram ileso o longo período de seca. A agropecuária re-

gional foi fortemente atingida, principalmente na área do Semiárido. Uma prova disso é que, comparando os resultados dos censos agropecuários do IBGE de 2006 e 2017 em termos de Brasil, apenas a Região Nordeste teve queda tanto no número (menos 131.341) quanto na área (menos 5.180.546 ha) dos estabelecimentos agropecuários. Outro aspecto, demonstrado na Tabela 1, é a redução no total de pessoas ocupadas na agropecuária nordestina, de 7,7 milhões para 6,4 milhões no intervalo de 11 anos entre os dois últimos recenseamentos.

Ainda na Tabela 1, percebe-se que o ano de 2017 é emblemático para agropecuária nordestina. Isso porque ele registra o menor número de área ocupada pelos estabelecimentos agrários desde os

anos 1970. Na mesma direção, nota-se o menor contingente de pessoas ocupadas no setor. Provavelmente, esses resultados não foram piores graças à atuação de organizações do setor público, a exemplo do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que contribuíram decisivamente para apoiar os investimentos do setor no momento de dificuldades provocadas pela estiagem prolongada.

Tabela 1 – Evolução do número de estabelecimentos, área agrícola e pessoal ocupado na agropecuária do Nordeste brasileiro – 1970 a 2017

Anos	Estabelecimentos	Área (ha)	Pessoal Ocupado
1970	2.206.788	74.298.713	7.568.847
1975	2.351.416	78.690.488	8.738.763
1980	2.447.513	88.443.907	9.333.172
1985	2.798.239	92.054.181	10.441.667
1995	2.326.413	78.296.096	8.210.809
2006	2.454.060	76.074.411	7.699.138
2017	2.322.719	70.893.865	6.376.764

Fonte: Séries históricas dos censos agropecuários (IBGE/SIDRA, 2012, 2019).

Com efeito, uma parcela expressiva dos 2,3 milhões de estabelecimentos rurais do Nordeste, que resistiram aos efeitos da Grande Seca e foram identificados pelos recenseadores do IBGE, é da chamada agricultura familiar. Esse segmento faz parte da história agrária nordestina e, como mencionado na seção anterior, desempenha um papel socioeconômico importante no contexto regional. Na sequência, investiga-se quantos são, onde estão e quais são as condições de reprodução social desses produtores no espaço geográfico pesquisado.

3 METODOLOGIA

Os dados secundários utilizados para traçar o perfil e retratar as características socioeconômicas da agricultura familiar no Nordeste do Brasil são provenientes do último Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE) em 2017/2018, mas cuja data de referência é 30 de setembro de 2017.

Nas tabulações do referido Censo, que incorpora os princípios legais da Lei n. 11.326/2006 (regulamentada pelo Decreto n. 9.064/2017), são considerados agricultores familiares aqueles produtores que (DEL GROSSI, 2019; IBGE, 2019):

- I) Possuem, a qualquer título, área de até 4 (quatro) módulos fiscais;
- II) Utilizam, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;
- III) Obtêm, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e
- IV) Dirigem o seu estabelecimento ou empreendimento estritamente com sua família.

Por exclusão, os estabelecimentos não enquadrados simultaneamente nos critérios descritos são classificados como “Não Familiares” (constituídos por mais de quatro módulos fiscais, tocados predominantemente por trabalhadores assalariados e dirigidos por administradores ou capatazes).

Nessa perspectiva, em sintonia com estudos anteriores (FAO/INCRA, 1995; 1996; 2000; IBGE, 2009), os estabelecimentos agrícolas foram classificados pelo IBGE não exclusivamente por sua área/tamanho, mas principalmente por suas relações sociais de produção, se familiares ou do tipo patrão/empregado.

Uma vez delimitadas as principais categorias de produtores, ou seja, agricultura familiar e não familiar, as seguintes variáveis do Censo Agropecuário 2017 foram eleitas para análise: número de estabelecimentos, área ocupada, mão de obra ocupada, nível educacional, características tecnológicas, valor total da produção (VTP), receitas e outras rendas e acesso a financiamento rural.

Após a definição das principais variáveis, os dados censitários obtidos através do levantamento realizado na plataforma Sidra/IBGE¹ foram organizados em tabelas e gráficos, separando-os por tipos de agricultura e, em seguida, analisados com a finalidade de apresentar o retrato atualizado do conjunto da agricultura familiar nor-

¹ Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuaria/censo-agropecuaria-2017>>.

destina, bem como demonstrar sua importância para o desenvolvimento rural regional.

É pertinente registrar que há grande heterogeneidade interna entre os tipos de produtores que formam o universo da agricultura familiar, conforme tem sido destacado pela literatura especializada (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018; GUANZIROLI; DI SABBATO; VIDAL, 2011; SCHNEIDER; CASSOL, 2014). Contudo, por conta do limite de espaço e do enfoque geral adotado aqui, esse aspecto importante será abordado apenas de forma complementar ao longo da análise realizada na sequência.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: RETRATO ATUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NORDESTINA

4.1 Dimensões da agricultura familiar na Região Nordeste

As informações do último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE revelaram que existiam 5.073.324 estabelecimentos rurais no Brasil, em 2017. Desse total, 3.897.408 (76,8%) eram agricultores familiares. Em outras palavras, de cada 100 estabelecimentos recenseados no meio rural do País ao menos 77 eram peque-

nos e tocados predominantemente pela família. A distribuição geográfica do segmento no mapa brasileiro é bastante diversa, mas a maioria localiza-se na Região Nordeste, que abriga em seu território 1.838.846 explorações familiares (47,2% do total nacional).

No território nordestino, no final da segunda década do século XXI, a agricultura familiar se constitui na principal forma de produção e trabalho no campo. De fato, na Tabela 2 verifica-se que a categoria abrange 79,2% do total de estabelecimentos da Região. A mesma relevância é observada em termos de pessoal ocupado, tendo em vista que as unidades familiares absorvem a mão de obra de mais de 4,7 milhões de pessoas (73,8% do total regional).

Em relação à participação dos produtores na área ocupada pelos estabelecimentos, os dados apontam uma inversão da representatividade. Isso porque o numeroso contingente de agricultores familiares nordestinos detém tão somente 36,6% da área de mais de 70 milhões de hectares ocupada pelos estabelecimentos agropecuários. Enquanto isso, o setor patronal, representado por apenas 20,8% dos produtores recenseados em 2017, detém 63,4% da área total, indicando a persistência de uma acentuada desigualdade na distribuição dos recursos naturais associados à posse da terra.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos, área total e pessoal ocupado nos diferentes tipos de agricultura da Região Nordeste – 2017

Tipos de Agricultor	Estabelecimentos (*)		Área total (ha)		Pessoal ocupado	
	Número	%	Hectares	%	Número	%
Familiar	1.838.846	79,2	25.925.743	36,6	4.708.670	73,8
Não familiar	483.873	20,8	44.968.122	63,4	1.668.094	26,2
Total	2.322.719	100,0	70.893.865	100,0	6.376.764	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nota: (*) Cada estabelecimento agropecuário equivale a uma unidade familiar ou não familiar.

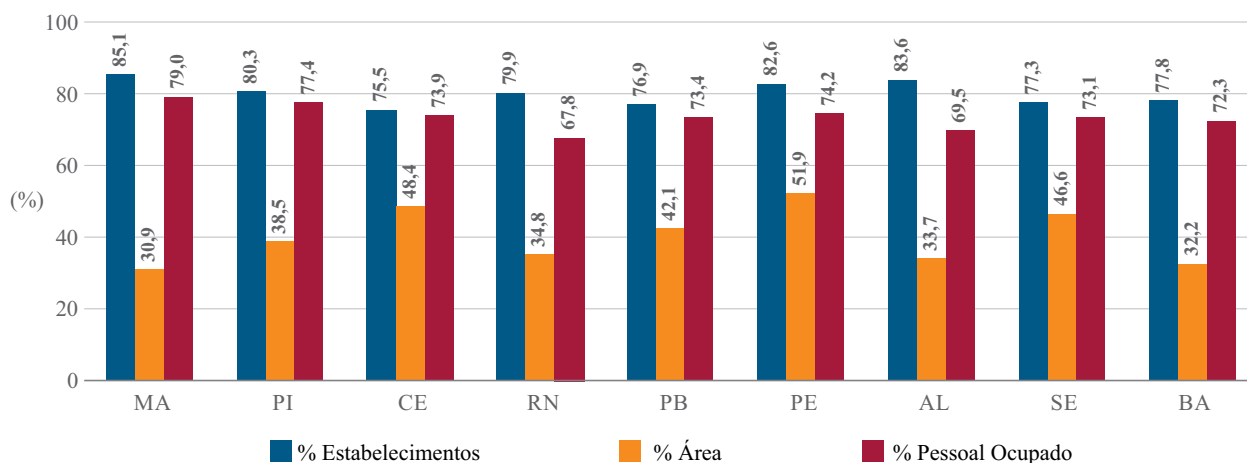
Deve-se lembrar que a desigualdade na distribuição dos ativos fundiários prevacente no Nordeste é um fator importante para explicar a situação de precariedade de expressiva parcela dos agricultores familiares locais comparativamente aos produtores de outras áreas do País. Segundo os testes econométricos realizados por Helfand et

al. (2011, p. 409), por exemplo, “[...] se os produtores do NE [Nordeste] tivessem a distribuição da terra dos produtores de qualquer outra região, a pobreza cairia entre 31 pp e 51 pp. Este resultado está de acordo com a visão de que os produtores pobres muitas vezes possuem áreas de tamanho insuficiente para saírem da pobreza”.

Note-se, ainda, que os aspectos mencionados se manifestam ao nível dos estados, embora seja possível identificar algumas variações relativamente ao contexto geral. Conforme apontado no Gráfico 1, a participação da categoria familiar no total de estabelecimentos rurais supera a média regional no Maranhão (85,1%), Alagoas (83,6%), Pernambuco (82,6%), Piauí (80,3%) e no Rio Grande do Norte (79,9%). Já nas demais unidades federativas, os percentuais são menores em relação à média. Mesmo assim, as explorações familiares são maioria absoluta dos estabelecimentos na Bahia (77,8%), em Sergipe (77,3%), na Paraíba (76,9%) e no Ceará (75,5%).

Relativamente ao pessoal ocupado nas unidades de produção, a análise estadual também evidencia que a agricultura familiar detém percentuais elevados, variando de 67,8% (no Rio Grande do Norte) a 79% (no Maranhão). Por outro lado, como se verifica nos dados agregados para o Nordeste como um todo, a área territorial apropriada por esses estabelecimentos nos estados é reduzida, comparativamente aos não familiares. A exceção fica por conta de Pernambuco, cuja participação das explorações familiares ultrapassa 50%, e dos estados do Ceará, Sergipe e Paraíba, onde eles detêm 48,4%, 46,6% e 42,1%, respectivamente, das terras ocupadas por estabelecimentos agropecuários.

Gráfico 1 – Participação da agricultura familiar dos estados nordestinos no total de estabelecimentos, área total e pessoal ocupado – 2017 (Em %)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Pelo exposto, percebe-se que a agricultura familiar nordestina sobreviveu à queda dos estabelecimentos rurais destacada anteriormente. O setor gera ocupações produtivas para mais de 4,7 milhões de pessoas e sua participação na paisagem rural da Região é algo incontestável. Esse resultado é fruto da resistência e da luta cotidiana dos produtores e suas famílias, do esforço coletivo de suas organizações de classe, bem como das instituições e políticas públicas criadas nos últimos 25 anos para apoiar o segmento.

Nesse intervalo de tempo, foi constituído um leque de políticas públicas bastante diversificado. Entre essas políticas, destacam-se os programas de criação de assentamentos rurais, o Pronaf, os programas de compras governamentais (PAA e PNAE), o Programa Garantia Safra,

entre outras. A tais ações se somam a Previdência Social Rural e o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2004. Juntas, essas políticas atendem a milhares de famílias e injetam bilhões de reais na economia regional anualmente (CARVALHO, 2014; GRISA; SCHENEIDER, 2015; NUNES et al., 2014; MELLO, 2015; MIRANDA; TORRENS; MATTEI, 2017; SILVEIRA et al., 2016).

Os recursos financeiros advindos das políticas de apoio à produção e de proteção social têm um papel fundamental para a reprodução da agricultura familiar do Nordeste, gerando estabilidade social em um espaço geográfico historicamente marcado pela pobreza e pela ocorrência de estiagens prolongadas, como foi o caso da Grande Seca de 2012-2017. Mesmo assim, como será visto a seguir, a categoria ainda en-

frenta muitas limitações sociais que bloqueiam o seu potencial produtivo que já é expressivo e poderia ser muito maior.

4.2 Perfil dos produtores

Um aspecto relevante a observar entre agricultores familiares nordestinos é o perfil dos indivíduos que dirigem os estabelecimentos agropecuários. Nesse sentido, na Tabela 3 apresentam-se variáveis referentes a gênero, cor/raça, faixa etária, local de residência e escolaridade dos produtores identificados pelo Censo Agropecuário 2017.

Os dados mostram que os homens são predominantes na direção dos estabelecimentos familiares nordestinos, comandando 75,7% deles. Na verdade, esse resultado é observado historicamente, não somente no Nordeste, mas em todas as regiões do País, apesar de se constatar que não houve mudança no percentual de mulheres no campo entre 2001 e 2006 (47,98% e 47,84%, respectivamente), conforme Butto (2011). Deve-se atentar para o fato de que a persistência de homens na direção dos estabelecimentos rurais está ligada, principalmente, ao fenômeno da organização da família patriarcal, à migração e ao caráter invisível do trabalho feminino no campo, pelo seu não reconhecimento enquanto atividade produtiva (HERRERA, 2017).

Na verdade, a hegemonia masculina não se restringe à direção dos estabelecimentos, mas abrange toda a força de trabalho no rural brasileiro, independente da tipologia do estabelecimento. Os dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019) evidenciam que 81% da força de trabalho no meio rural do País é composta de homens. Analisando-se os dados regionais da agricultura familiar, percebe-se que a disparidade é levemente menor nas regiões Nordeste (75,7%) e Norte (79,8%), respectivamente, se comparada às demais regiões brasileiras (Sudeste, 85%; Centro-Oeste, 81,6%; e Sul, 87,7%). Essas informações fortalecem a hipótese de Durston (1996), de que regiões pouco desenvolvidas tendem a ocupar mais mulheres em seu meio rural.

Tabela 3 – Perfil das pessoas que dirigem os estabelecimentos familiares nordestinos – 2017

Variável	Categorias de Estratificação	Número	%
Sexo	Homem	1.392.421	75,7
	Mulher	446.425	24,3
Cor ou raça	Branca	480.940	26,2
	Preta	221.344	12,0
	Parda	1.114.482	60,6
	Outra	22.080	1,2
Classe de idade	Menor de 25 anos	38.368	2,1
	De 25 a menos de 35 anos	173.448	9,4
	De 35 a menos de 45 anos	318.691	17,3
	De 45 a menos de 55 anos	402.963	21,9
	De 55 a menos de 65 anos	415.438	22,6
	De 65 a menos de 75 anos	320.123	17,4
	De 75 anos e mais	169.815	9,2
Local de residência	No estabelecimento	1.374.180	74,7
	Outro local	464.666	25,3
Acesso à energia elétrica	Sim	1.455.172	79,1
	Não	383.674	20,9
Escolaridade	Sabe ler e escrever	1.062.000	57,8
	Não sabe ler e escrever	776.846	42,2

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Os dados da tabela em foco sinalizam, também, que para os agricultores familiares nordestinos o estabelecimento agropecuário não é apenas um local de produção, mas de moradia. Isso porque do universo de 1.838.846 produtores entrevistados, 74,7% informaram que residiam na própria unidade de produção, sendo que 79,1% do total já contavam com energia elétrica. Tal fato indica que o rural é também o espaço de vida da agricultura familiar, como destaca Wanderley (2009), cuja vitalidade social está associada ao dinamismo das relações comunitárias e ao compartilhamento dos bens públicos existentes.

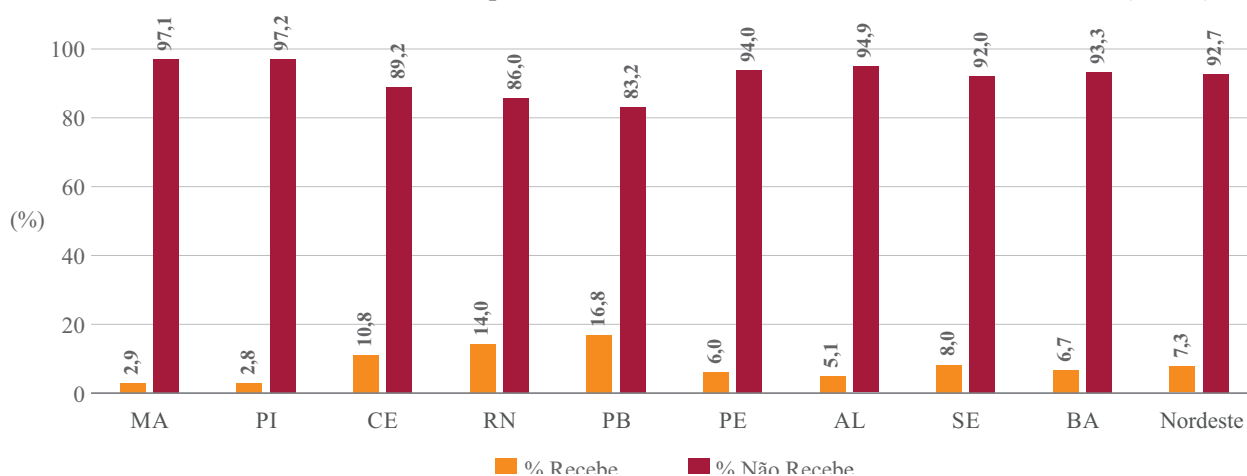
Em termos de escolaridade, as estatísticas analisadas denunciam um quadro preocupante, na medida em que 42,2% dos dirigentes familiares não sabem ler e escrever. O alto índice de analfabetismo é um grave problema social que tem várias implicações negativas. Em muitos casos, a falta de instrução dos produtores compromete a produtividade agrícola, ao limitar a absorção de novas técnicas. Além disso, reduz as chances de obtenção de rendas complementares provenientes do trabalho não agrícola, contribuindo para manter a dependência da ajuda governamental via políticas sociais e de inclusão produtiva (AQUINO et al., 2014; CRUZ et al., 2019; HELFAND; PEREIRA, 2019).

De fato, os baixos indicadores educacionais são um dos principais fatores explicativos da precariedade das condições de reprodução social de parcela expressiva dos agricultores brasileiros, especialmente na Região Nordeste. Como explicam Ney e Hoffmann (2009, p. 155), amparados em rigorosa análise dos dados estatísticos apurados pelos censos demográficos do IBGE, as famílias rurais mais vulneráveis do campo são vitimadas pela “escas-

sez de dois ativos fundamentais na determinação da renda nas áreas onde vivem: terra para plantar e educação, variáveis que, em qualquer setor de atividade, influenciam de forma significativa os níveis de produtividade e renda do trabalho”.

Compete sublinhar que as limitações decorrentes da insuficiência de educação formal poderiam ser amortecidas, pelo menos em parte, com a oferta de orientação técnica especializada aos produtores. Mas como se percebe no Gráfico 2, a falta de acesso a esse tipo de serviço profissional é outra grave carência enfrentada pelos agricultores familiares nordestinos, uma vez que 92,7% do total não receberam nenhuma orientação técnica para aprimorar a gestão do seu empreendimento ou melhorar o desempenho de suas lavouras e rebanhos em 2017. Tal problema se manifesta em todos os estados da Região, sendo mais grave no Maranhão e no Piauí, demonstrando as fragilidades do Sistema de ATER regional, no que diz respeito à insuficiência de pessoal, de recursos e de estruturas de apoio, comprometendo a expansão e a qualidade dos serviços prestados.

Gráfico 2 – Acesso à assistência técnica pelos estabelecimentos familiares nordestinos – 2017 (Em %)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

É possível inferir, então, que os baixos níveis de escolaridade e de cobertura dos serviços de assistência técnica fragilizam o estoque de capital humano existente nos estabelecimentos familiares nordestinos. Também contribui para isso a idade avançada da maioria dos produtores responsáveis pela condução dos empreendimentos e o pequeno número de propriedades geridas por jovens agricultores até 25 anos (2,1% do total).

A pouca participação de agricultores familiares jovens à frente dos estabelecimentos mapeados pelo IBGE, de modo particular, é um fato preocupante para o futuro e reflete um dos principais desafios que a categoria enfrenta para permanecer viva no campo. Como será discutido no próximo item, esse desafio se torna ainda mais inquietante quando se consideram a concentração de terras e a minifundização prevalentes no meio rural.

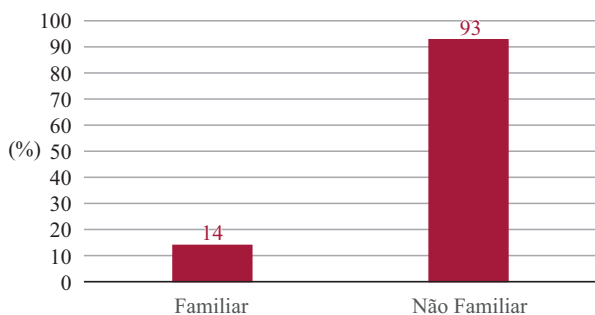
4.3 Aspectos fundiários dos estabelecimentos familiares nordestinos

O perfil da distribuição de terras no Nordeste é marcado por uma forte desigualdade proveniente das especificidades do processo histórico de ocupação da Região. A preocupação de se proteger contra outros invasores europeus levou os portugueses a implantarem no Brasil as sesmarias, um instrumento de ocupação de terras em larga escala que deu origem à grande propriedade açucareira nordestina nas áreas próximas ao litoral e, também, às extensas fazendas criatórias no sertão (ANDRADE, 2005; FURTADO, 1998).

Formada por grandes empreendimentos que tinham na propriedade fundiária sua principal fonte de poder, a estrutura social herdada dos colonizadores serviu de base para a entrada e o avanço do capital no campo no século XX, bem como foi responsável pelo fenômeno da concentração de terras que persiste nos dias atuais. Os dados do Censo Agropecuário 2017 são reveladores desta situação, visto que as unidades produtivas com área superior a 1.000 hectares representam menos de 1% dos 2,3 milhões de estabelecimentos rurais existentes no campo nordestino e ocupam 33% de toda a área (IBGE/SIDRA, 2019).

O quadro descrito no parágrafo anterior ganha contornos mais nítidos quando se analisa a desigualdade na distribuição da terra entre os segmentos familiar e patronal, conforme já foi discutido na subseção 4.1 (Tabela 2). Na mesma direção, o Gráfico 3 demonstra que a área média dos estabelecimentos não familiares (93 ha) é sete (7) vezes superior ao valor registrado em favor dos agricultores familiares que, em 2017, contavam com reduzida quantidade de terra (média de 14 ha) para desenvolver suas atividades produtivas e, na maioria dos casos, estabelecer suas moradias.

Gráfico 3 – Área média em hectares dos estabelecimentos familiares e não familiares no Nordeste – 2017



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Observe-se, contudo, que a situação fundiária da agricultura familiar nordestina é muito mais grave do que sinaliza o gráfico anterior. Isso porque do universo de estabelecimentos desse tipo de produtor, 19,1% têm menos de um (1) hectare de extensão e a maioria está abaixo da média regional de 14 hectares. Juntas, as unidades de produção familiar com área de até 10 hectares correspondem a 66% do total, mas detêm somente 12,3% das terras ocupadas pela categoria. Em contrapartida, aqueles estabelecimentos com área entre 50 e 500 hectares somam apenas 7,4% do total e concentram quase metade das terras, demonstrando que dentro do segmento familiar também persiste uma desigualdade marcante (Tabela 4).

Tabela 4 – Número e área dos estabelecimentos da agricultura familiar nordestina por grupos de área total – 2017

Grupos de área (Em ha)	Estabelecimentos		Área	
	Número	%	Número	%
Menos que 1	350.412	19,1	172.873	0,7
De 1 a 5	629.160	34,2	1.423.356	5,5
De 5 a 10	233.507	12,7	1.575.964	6,1
De 10 a 20	214.271	11,7	2.902.686	11,2
De 20 a 50	233.538	12,7	7.070.953	27,3
De 50 a 100	91.074	5,0	6.034.431	23,3
De 100 a 500	44.971	2,4	6.611.157	25,5
De 500 a 1.000	63	0,0	42.310	0,2
Mais que 1.000	26	0,0	92.013	0,4
Produtor sem área	41.824	2,3	--	--
Total	1.838.846	100,0	25.925.743	100,0

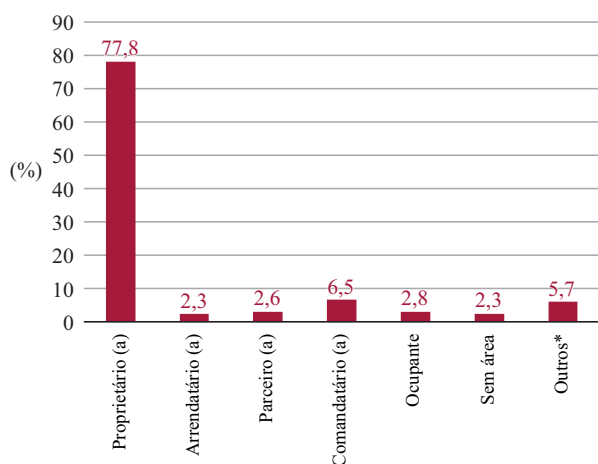
Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

De qualquer modo, não se pode negar que a pesquisa do IBGE também revelou alguns aspectos positivos quanto ao tema tratado aqui. Entre eles, talvez o mais importante tenha sido a melhoria da condição dos produtores em re-

lação à posse da terra, uma vez que 77,8% se declararam proprietários dos sítios em que vivem e trabalham. Embora seja de conhecimento geral que a maioria dos pequenos agricultores familiares não tem a documentação jurídica da posse da terra, o número apresentado sinaliza que eles estão mais “livres” de antigas relações de dependência patronal, como a condição de “morador” no interior das grandes fazendas da Região relatada por Andrade (2005). Mesmo assim, o Gráfico 4 indica que ainda há uma parcela significativa do segmento que acessa a terra de forma extremamente precária, por meio de arrendamento, parceria ou da simples ocupação².

As informações analisadas deixam claro, portanto, que a população albergada na agricultura familiar do Nordeste enfrenta flagrante carência de ativos fundiários, desenvolvendo-se em minifúndios originados da fragmentação por herança das pequenas propriedades. Ademais, não se deve esquecer que historicamente os produtores familiares foram relegados às áreas mais distantes dos centros urbanos e, geralmente, as de menor fertilidade.

Gráfico 4 – Condição dos agricultores familiares nordestinos em relação à propriedade da terra – 2017 (Em %)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

(*) A categoria “Outros” é formada pelos concessionários ou assentados(as) aguardando titulação definitiva.

2 Os proprietários, os posseiros (ocupantes), os parceiros, os arrendatários, os comandatários, dentre outros, são formas de posse, controle e uso da terra e dos recursos naturais, ora opostos, ora complementares à grande propriedade, e cujo surgimento se deu ao longo dos séculos. Para um maior aprofundamento dessa questão, ver: Woortmann e Woortmann (1997), Teixeira da Silva (1997), Ribeiro et. al. (2005), Ferraro Jr. e Burstyn (2010) e Alves (2012).

É bem verdade que o avanço registrado na criação de assentamentos rurais a partir dos anos 1990 e o crescimento do contingente de “proprietários” contribuíram para amenizar a situação retratada. Entretanto, a “fome de terra” de milhares de famílias de agricultores ainda está longe de ser saciada, haja vista a existência de contramovimentos concentradores nos espaços onde se localizam os melhores solos da Região (ANDRADE, 2005; DUQUE, 2002; PEREIRA, 2019; REIS, 2019; SILVEIRA et al., 2016).

As dificuldades ensejadas pela “fome de terra” aumentam ao se adicionar o fato de que 84,3% das áreas dos estabelecimentos familiares nordestinos estão localizadas no raio de abrangência do semiárido brasileiro (Figura 1), onde as condições climáticas não favorecem o desenvolvimento de atividades agropecuárias sem o emprego de práticas produtivas adequadas. As estatísticas censitárias mostradas adiante confirmam que esse aspecto geográfico particular é importante, especialmente devido às limitadas características tecnológicas dos produtores locais.

4.4 Características tecnológicas

O acesso dos agricultores familiares nordestinos às técnicas agropecuárias e conservacionistas pode ser observado nos dados apresentados no Gráfico 5. Em princípio, verifica-se que o controle de doenças e/ou parasitas, o preparo do solo e o uso de suplementação alimentar destacam-se entre as práticas agropecuárias mais utilizadas.

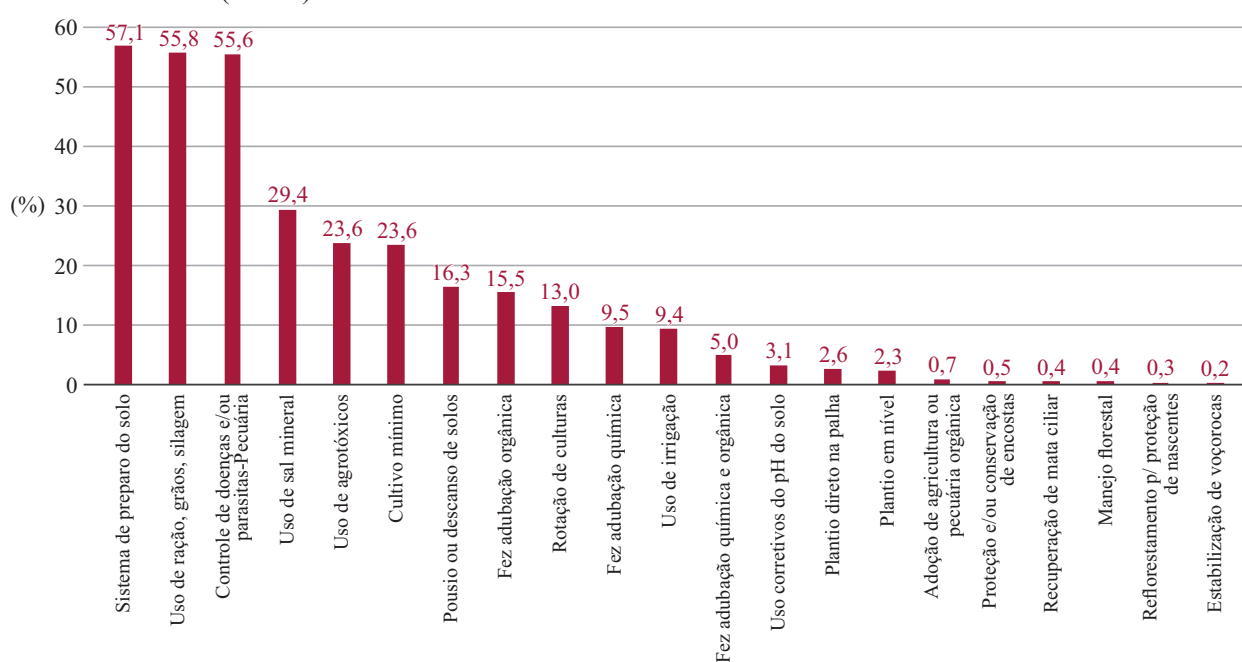
No tocante à prevenção de doenças em animais, constata-se que a vacinação é a técnica mais utilizada, em função de representar uma redução do risco de perda de animais, mas também por ser, para algumas doenças, uma exigência legal. Também o combate aos parasitas é bastante difundido entre esses agricultores, mesmo entre os de menor porte. Neste caso, a generalização do uso tem sido facilitada pelo fato de tratar-se de procedimento sem exigência de conhecimento técnico especializado.

Nas lavouras, o uso de agroquímicos para o controle de pragas é realizado por 23,6% dos agricultores familiares. Embora o uso dessa prática seja inferior ao verificado no setor patronal, em certa medida, a informação

pode servir de argumento para desmistificar a ideia de que o agricultor familiar, principalmente o de menor porte, não usa defensivos químicos. Por outro lado, é importante atentar para o fato de que a adoção de defensivos químicos requer algo escasso para a categoria, que é orientação técnica sobre as dosagens adequadas a aplicar e a necessidade do uso de equipamentos de proteção individual. Tais cuidados são fundamentais para evitar o uso indiscriminado de produtos altamente tóxicos e, conseqüentemente, eliminar riscos à saúde humana e de contaminação do meio ambiente.

Sobre a manutenção dos rebanhos, percebe-se, no Gráfico 5, que um percentual relativamente elevado de agricultores fornece suplementação alimentar (55,8%), podendo ser reflexo da baixa capacidade de produção de forragem. Vale observar que a Região Nordeste enfrentou um longo período de estiagem de 2012 a 2017, dificultando a manutenção de pastagens nativas e impondo aos agricultores a necessidade de adquirir ração concentrada, sob pena de perder os animais. A estratégia adotada pelo agricultor, em geral, inclui a venda de alguns animais para, com o recurso obtido da transação, adquirir a ração que alimentará o restante do rebanho.

Gráfico 5 – Práticas agropecuárias e conservacionistas adotadas pelos agricultores familiares nordestinos – 2017 (Em %)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

A irrigação, por sua vez, é uma prática pouco comum entre agricultores familiares nordestinos. Os dados do IBGE/Sidra (2019) revelam que apenas 9,4% dos estabelecimentos a adotam, dos quais 71% concentram-se no Ceará, em Pernambuco e na Bahia, estados com boa infraestrutura hídrica (adutoras, canais e grandes reservatórios) que viabiliza o emprego dessa técnica agrícola.

Ressalte-se que alguns estudos, a exemplo da série de trabalhos sobre sistemas de produção publicada pela Embrapa (ALBUQUERQUE; ALMEIDA, 2014; ARAUJO et al., 2015; LOPES, 2016), mostram o elevado custo de implantação e manutenção de sistemas de irrigação. Esse aspecto se alia à baixa

disponibilidade hídrica em grande parte do território nordestino e ao reduzido valor de mercado das culturas exploradas pela maioria dos agricultores familiares, contribuindo para a baixa adoção dessa prática na Região. Uma alternativa que já vem sendo trabalhada, principalmente por organizações não governamentais, é a adoção de tecnologias de convivência com o semiárido (cisternas de placas, reutilização de água de uso doméstico na produção de hortaliças e fruteiras, quintais produtivos, mandalas etc.), cujas práticas são de baixo custo e resultam no aumento da produção familiar.

Ainda quanto às práticas agrícolas, cabe registrar que o preparo do solo é adotado em 57% dos

estabelecimentos familiares e 23,6% deles empregam o cultivo mínimo (redução de uma ou mais operações de preparo do solo). Importante destacar que essa prática entre agricultores familiares nordestinos não apresenta correlação direta com alguma preocupação em relação à conservação do solo.

A prática do cultivo mínimo tradicional (utilização da enxada manual para a semeadura em covas) se dá em função da falta de recursos para adoção de técnicas e equipamentos poupadores de esforço físico. Segundo Dos Anjos e Melo (2019), o cultivo mínimo com a utilização de tração animal para sulcar apenas a linha de plantio é adotado, em muitos casos, devido à urgência de preparo do solo quando ocorrem as primeiras chuvas.

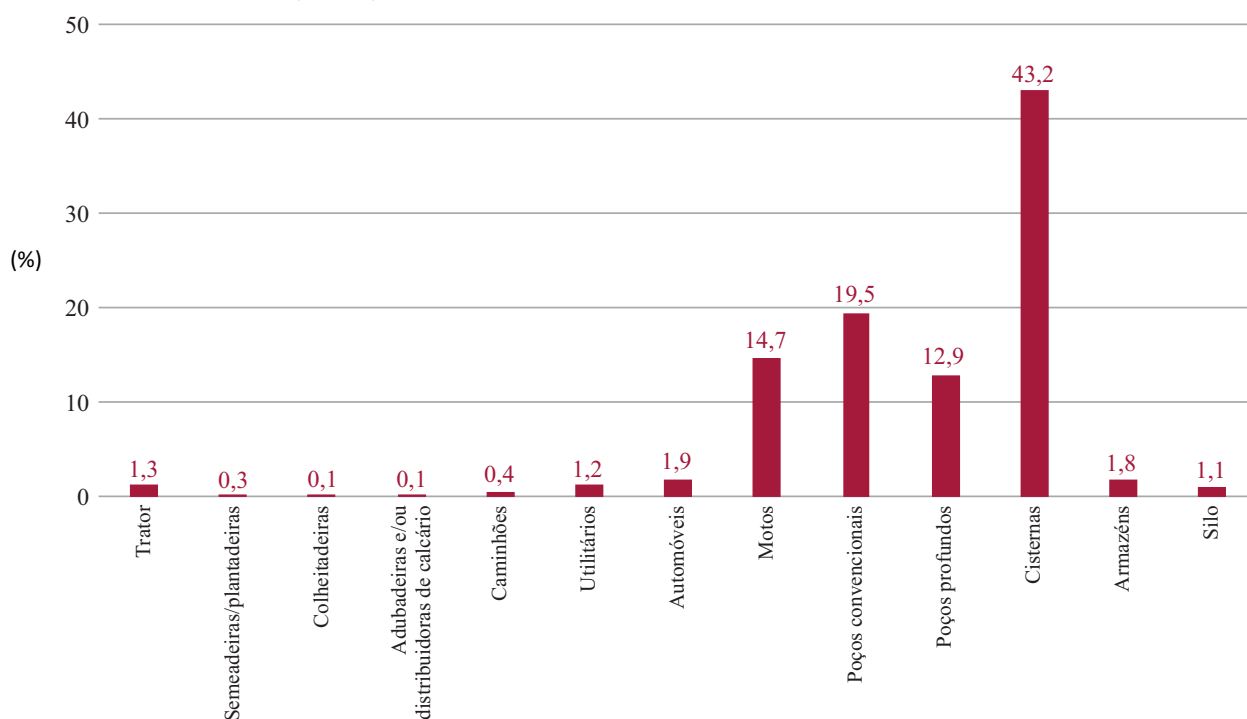
De fato, os percentuais apresentados no Gráfico 5 deixam claro a quase inexistência de práticas conservacionistas entre esses agricultores, a exemplo do sistema de pousio, adubação orgânica, rotação de culturas, plantio direto na palha, plantio em nível, proteção de encostas, recuperação de mata ciliar, manejo florestal, estabilização de voçorocas, reflorestamento e proteção de nascentes. Alguns fatores são relevantes na configuração dessa realidade.

Duarte (2009) explica que aspectos como a pequena dimensão dos estabelecimentos e o acesso limitado do agricultor a serviços de assistência

técnica são condicionantes importantes para os resultados apresentados. Isso porque a intensificação do uso da terra, em função de ser um ativo produtivo escasso entre agricultores familiares nordestinos, favorece a adoção de práticas menos preservacionistas. Ademais, a dificuldade de obter informações por conta do baixo nível educacional e da falta de assistência técnica (Ater), como foi discutido nas subseções anteriores, contribui para que tais práticas não mereçam a atenção adequada por parte desses agricultores.

Com efeito, a infraestrutura produtiva e o estoque de capital nos pequenos sítios da agricultura familiar nordestina também são extremamente precários. Conforme pode ser visualizado no Gráfico 6, o destaque em termos de percentuais recai apenas sobre a posse de motocicletas e as estruturas individuais de armazenamento e de acesso à água. No caso da introdução das motocicletas, o fato é revelador de um fenômeno que vem acontecendo nos últimos anos, ou seja, a troca de animais de montaria por esse tipo de veículo (AQUINO; NASCIMENTO, 2020). Esse processo foi intensificado na segunda metade dos anos 2000, em função das facilidades de financiamento encabeçadas pelos bancos públicos.

Gráfico 6 – Posse de capital físico e acesso a tecnologias produtivas pelos agricultores familiares nordestinos – 2017 (Em %)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Já a presença de máquinas agrícolas (trator, colheitadeira, sementeira/plantadeira, máquinas para distribuição de adubos e calcário) nos estabelecimentos da categoria é praticamente inexistente. Tal situação é decorrente do baixo padrão de renda da maioria dos produtores locais e das contradições da política agrícola brasileira que tem concentrado seus esforços modernizantes nas regiões Sul e Sudeste do País (DELGADO, 2012; GRAZIANO DA SILVA, 1998). Para tentar amenizar os problemas, algumas prefeituras da Região disponibilizam trator e grade antes do período chuvoso para preparo das áreas de produção, o que nem de longe é suficiente para aliviar a penosidade do trabalho manual executado pelos agricultores (a maior parte com idade avançada) durante todo o ano.

Outro aspecto relevante a observar nos estabelecimentos familiares nordestinos refere-se às condições de armazenamento de água, principalmente levando-se em conta as condições de escassez hídrica a que são sistematicamente submetidos e que, em última instância, permite a produção e a reprodução familiar. Nesse caso, os dados do Censo Agropecuário 2017 mostram que a cisterna é o principal meio de armazenamento utilizado por 43,2% dos agricultores, seguida dos poços convencionais (19,5%) e profundos (12,9%).

Embora muitos agricultores tenham construído suas cisternas com recursos próprios, algumas políticas públicas, a exemplo do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Uma Terra e Duas Águas (P1+2), exerceram papel decisivo no acesso de mais famílias a estruturas de captação e armazenamento de água em seus estabelecimentos, melhorando a qualidade de vida e o potencial produtivo das unidades familiares (GRISA; SCHNEIDER, 2015; MELLO, 2015). Porém, ainda existem aproximadamente 579 mil estabelecimentos (1/3 do total) sem recursos hídricos, apontando para a necessidade de ampliação dos esforços para levar água a esse grande contingente de famílias.

Assim sendo, apesar da importância das ações governamentais realizadas ao longo das últimas décadas, percebe-se, por diferentes ângulos, que o patamar tecnológico da agricultura familiar nordestina continua bastante precário. Obviamente, isso vai repercutir nos resultados produtivos. Mas, como será constatado adiante, o segmento, em conjunto, desempenha um papel relevante na oferta local de alimentos. O pro-

blema é que a capacidade de geração de riqueza agropecuária da esmagadora maioria dos seus membros prevalece extremamente limitada.

4.5 Participação na produção agropecuária

Os estabelecimentos da agricultura familiar no Nordeste, como ocorre nas demais regiões do Brasil, também funcionam como locais de moradia para expressiva parcela do segmento (Tabela 3). Mas eles são, acima de tudo, espaços onde se desenvolve uma ampla gama de atividades agrícolas e pecuárias.

Com efeito, mesmo diante das dificuldades enfrentadas durante a Grande Seca, os recenseadores encontraram algum tipo de produção em 95,5% (1.755.995/1.838.846) das pequenas propriedades familiares visitadas em 2017 (IBGE/SIDRA, 2019). Juntas, conforme apresentado no Gráfico 7, elas responderam por uma fatia expressiva da produção de alimentos básicos na Região, destacando-se no cultivo de arroz (61,6%), feijão (59,7%) e mandioca (80,4%). Além disso, foram colhidos em suas roças 12,7% da produção local de milho, cultura cujas plantações em 2017 estavam fortemente concentradas nas grandes propriedades patronais localizadas no território do MATOPIBA (sul do Maranhão, sul do Piauí e oeste da Bahia) e, também, em áreas do Estado de Sergipe.

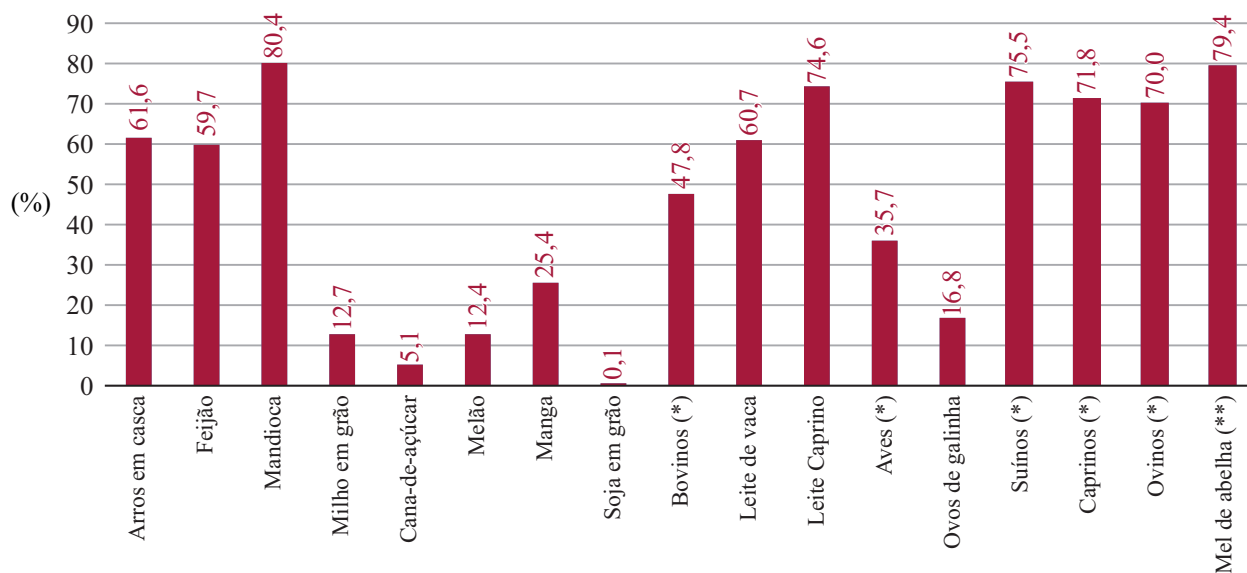
Destaque-se, porém, que a participação da categoria em algumas lavouras comerciais de alto valor agregado, como as de cana-de-açúcar e de soja, é extremamente reduzida. A maior parte do setor também se encontra completamente à margem das atividades da fruticultura irrigada de exportação, restringindo-se à agropecuária de sequeiro dependente da chuva. Mesmo assim, em 2017, uma parcela dos agricultores familiares respondeu por 12,4% da produção regional de melão e por 25,4% da produção de manga, culturas irrigadas desenvolvidas principalmente no Polo Açu-Mossoró (Rio Grande do Norte) e em Petrolina-Juazeiro (Pernambuco e Bahia).

No tocante à pecuária, o Gráfico 7 indica que a participação das unidades familiares é bastante elevada, embora em condições de alta vulnerabilidade tendo em vista o baixo padrão tecnológico vigente. Tomando-se como referência o rebanho total nordestino, esse segmento

detém mais de 70% dos caprinos, ovinos e suínos e 47,8% dos bovinos. Eles são responsáveis também pela produção de 60,7% do leite de vaca, 74,6% do leite de cabra e 79,4% do mel de abelha vendido em 2017. Por outro lado, se observa baixa participação dos seus criatórios

de galinhas no total regional, tanto em relação ao número de cabeças de aves (35,7%) quanto na produção de ovos (16,8%). Tal fato se deve à produção em larga escala oriunda de estabelecimentos avícolas industriais, também presentes no Nordeste.

Gráfico 7 – Participação da agricultura familiar nos principais produtos da agropecuária nordestina – 2017 (Em %)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Notas: (*) Participação percentual (%) da agricultura familiar no número de cabeças em 2017;

(**) Quantidade vendida de mel.

Mudando o enfoque para o resultado monetário obtido do somatório do valor de todas as atividades agropecuárias desenvolvidas no âmbito dos estabelecimentos agropecuários, incluindo o autoconsumo, verifica-se que os agricultores familiares nordestinos mantêm uma contribuição importante (Tabela 5).

Veja-se, que, mesmo atravessando um longo período de escassez hídrica, a produção desses

estabelecimentos familiares gerou mais de R\$ 15,8 bilhões em 2017, montante equivalente a quase 30% da riqueza agropecuária regional. Já os produtores patronais, que possuem mais terras, capital e se dedicam às atividades de maior valor comercial, responderam por 70,3% do Valor Total da Produção (VTP) e apresentaram um valor de produção médio (R\$ 83.577,00) 9,2 vezes superior ao da agricultura familiar (R\$ 9.043,00).

Tabela 5 – Participação da agricultura familiar e não familiar no valor total da produção (VTP) da agropecuária nordestina – 2017

Tipo de Agricultor	Estabelecimento com produção		VTP (R\$ 1,00)		VTP Médio (R\$ 1,00)
	Número	%	Número	%	
Familiar	1.755.995	79,6	15.878.992.000	29,7	9.043
Não familiar	450.772	20,4	37.673.989.000	70,3	83.577
Total	2.206.767	100,0	53.552.981.000	100,0	24.268

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Note-se que a desigualdade referente ao VTP não se manifesta apenas entre os agricultores familiares e o setor patronal. Isso porque há flagrante desigualdade no âmbito da própria agricultura familiar do Nordeste, predominando um amplo contingente de produtores pobres e vulneráveis agregados no chamado Grupo B do Pronaf (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018; WANDERLEY, 2017).

Corroborando a afirmação acima, chama atenção, na Tabela 6, o fato de que a parcela intermediária e consolidada do segmento é muito reduzida (11,3% do total), mas gera sozinha

62,3% da riqueza produzida pelo segmento, com destaque para o impressionante valor médio obtido pelos não pronafianos (R\$ 811.744,00). Ao lado dessa fração mais capitalizada, por sua vez, predomina uma grande massa de agricultores familiares pobres (88,7% do total). Esses produtores, de forma agregada, geraram um montante de riqueza para a economia regional de mais de R\$ 5,9 bilhões em 2017. No entanto, tendo em vista o seu numeroso contingente, tal montante lhes garantiu apenas um valor médio ao ano extremamente baixo (R\$ 3.839,00).

Tabela 6 – Distribuição do Valor Total da Produção (VTP) da agricultura familiar do Nordeste pela classificação dos grupos do Pronaf – 2017

Categorias (*)	Estabelecimentos com produção	%	VTP (R\$ 1,00)	%	VTP Médio (R\$ 1,00)
Grupo B	1.558.106	88,7	5.981.777.000	37,7	3.839
Grupo V	196.262	11,2	8.576.500.000	54,0	43.699
Não Pronafiano	1.627	0,1	1.320.708.000	8,3	811.744
Total Familiar	1.755.995	100,0	15.878.992.000	100,0	9.043

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nota: (*) Grupo B (pobre) = com renda bruta até R\$ 20 mil; Grupo V (intermediário) = com renda bruta de R\$ 20 mil até R\$ 360 mil; Não Pronafiano (consolidado) = com renda bruta acima de R\$ 360 mil.

O limitado VTP dos agricultores do Grupo B, que representam o grosso do segmento familiar na Região, é fruto em parte da estiagem prolongada que afetou durante cinco anos consecutivos (2012-2017) as suas lavouras de sequeiro e os seus pequenos rebanhos. Apesar dessa constatação, não se pode atribuir à seca a culpa pela totalidade dos resultados apresentados. Isso porque, como demonstraram outros estudos sobre o tema (AQUINO et al., 2014; AQUINO; LACERDA, 2014) e os novos dados do Censo Agropecuária 2017 apresentados no decorrer das seções anteriores deste trabalho confirmam, a maioria dos agricultores familiares nordestinos tem o seu potencial produtivo ainda bloqueado por “múltiplas carências de ativos” (acesso precário à terra, à educação formal, à assistência técnica, às tecnologias produtivas etc.), que se somam aos limites colocados pela natureza.

Por conseguinte, diante das limitações ocasionadas pelas “múltiplas carências de ativos” vigentes, é provável que a Grande Seca fosse convertida em um fator de calamidade social de largas proporções caso ela tivesse acontecido até meados dos anos 1990.

Mas isso não ocorreu na prática, haja vista que uma parcela dos produtores (Grupo V e não pronafianos) conseguiu se adaptar e se estruturar economicamente contribuindo mais ativamente para a produção de alimentos e a geração de riqueza agropecuária.

Ademais, no século XXI ocorreram várias mudanças na economia regional e foi criada uma ampla rede de políticas compensatórias e de inclusão produtiva que vão reforçar a capacidade de resiliência dos agricultores familiares pobres (Grupo B) a partir da diversificação de suas fontes de receitas monetárias, tornando a permanência deles no campo possível, mesmo que individualmente produzam pouco em seus roçados. É o que será demonstrado a seguir.

4.6 Movimentação financeira da agricultura familiar e sua importância econômica

Os dados do Censo Agropecuário 2017 oferecem informações que permitem observar aspectos relevantes sobre as principais fontes de entrada de dinheiro nos estabelecimentos pesquisados, sejam

provenientes do trabalho ou do não trabalho. Cabe explicar, no entanto, que a receita dos estabelecimentos familiares é subestimada, pois no seu cálculo não é contabilizado o valor dos produtos usados como insumos nas propriedades e nem o autoconsumo das famílias, principal finalidade da atividade agropecuária para 62,2% dos produtores da categoria identificados na Região (IBGE/SIDRA, 2019).

Feita essa consideração inicial, a Tabela 7 evidencia que as receitas monetárias dos agricultores familiares nordestinos superaram li-

geiramente a cifra de R\$ 29 bilhões em 2017. Desse total, 44% foi obtido através da venda de produtos vegetais, animais e seus produtos e produtos da agroindústria rural, além de outras receitas de menor expressão provenientes de atividades não agrícolas desenvolvidas no interior dos estabelecimentos, a exemplo do turismo rural, da mineração, do artesanato e da tecelagem. Já a parcela maior (56%) originou-se de “outras rendas” das famílias, vindas de fora de suas unidades de produção.

Tabela 7 – Valor monetário das receitas e outras rendas da agricultura familiar nordestina – 2017

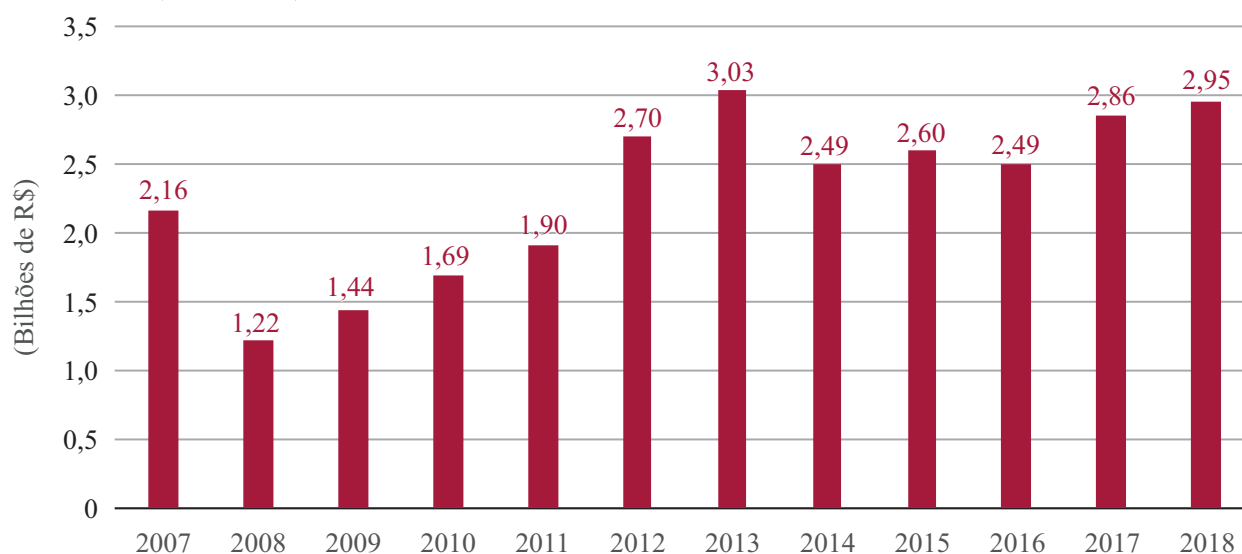
Tipos de Receita e outras rendas	Valor (Mil R\$)	%
Receitas da produção do estabelecimento	12.113.198	41,7
Produtos vegetais	4.259.877	14,7
Animais e seus produtos	6.893.813	23,7
Produtos da agroindústria	959.525	3,3
Outras receitas do estabelecimento	673.314	2,3
Desinvestimentos	231.382	0,8
Serviço de turismo rural	3.556	0,0
Exploração mineral	8.848	0,0
Atividade de artesanato, tecelagem, etc.	18.692	0,1
Outras receitas do estabelecimento	410.892	1,4
Outras receitas do produtor	16.260.791	56,0
Recursos de aposentadorias ou pensões	13.656.212	47,0
Rendas obtidas em atividades fora do estabelecimento	940.749	3,2
Recebimento de prêmio de Programa Garantia Safra	155.171	0,5
Recebimento de prêmio de Programa Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar - PROAGRO Mais	13.217	0,0
Recebimento do Programa Nacional de Habitação Rural Minha Casa Minha Vida	26.996	0,1
Recebimento de pagamento por serviços ambientais (Bolsa Verde e Programas Estaduais)	9.086	-
Provenientes de programas dos Governos (federal, estadual ou municipal)	1.459.402	5,0
Total	29.047.303	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Entre as “outras rendas” elencadas na Tabela 7, sem dúvida, a mais significativa proveio do recebimento dos benefícios das aposentadorias e pensões rurais, que injetaram nos estabelecimentos familiares um volume de recursos financeiros de mais de R\$ 13,6 bilhões, superando em termos absolutos e percentuais o valor que eles obtiveram com a venda de produtos agropecuários. Ao lado dos pagamentos da Previdência Social,

que se constitui em uma das principais políticas de combate à pobreza no Nordeste (DELGADO, 2015; GALINDO; FERREIRA IRMÃO, 2000), também merecem destaque, em menor escala, as entradas de recursos provenientes de programas sociais, como o Bolsa Família, seguros contra a estiagem, construção de moradias, prestação de serviços ambientais e atividades desenvolvidas fora dos estabelecimentos.

Gráfico 8 – Evolução do valor dos financiamentos do Pronaf-BNB no Nordeste brasileiro – 2007 a 2018 (R\$ Bilhões)



Fonte: Elaborado própria a partir de BNB (2019).

(*) Valor contratado corrigido pelo IGP-DI (Dez. 2017).

Outra fonte de recursos importante para os agricultores familiares, não contabilizada pelo Censo Agropecuário 2017, são as aplicações anuais da política de crédito do Pronaf. No Nordeste, o BNB é o principal agente financiador da categoria, via esse programa. O Gráfico 8 mostra que, em 2007, foram aplicados quase R\$ 2,16 bilhões em operações de custeio e investimento com taxas de juros reduzidas. Porém, problemas associados à inadimplência promoveram uma queda nas aplicações em 2008. Nos anos seguintes, os montantes do crédito voltaram a crescer, apresentando uma ligeira queda durante a Grande Seca. Mesmo assim, em 2017, as aplicações do Pronaf pelo BNB somaram R\$ 2,86 bilhões, dos quais aproximadamente 80% com o uso da metodologia do Agroamigo³.

3 O Agroamigo é uma metodologia criada em 2005 no BNB para atendimento diferenciado aos clientes do Pronaf B, com o objetivo de ampliar o número de beneficiários e garantir o atendimento de qualidade, com redução da inadimplência (BNB, 2019).

Vários estudos demonstram que o Pronaf gera resultados produtivos relevantes e contribui na luta contra a pobreza no campo. Entretanto, o Programa ainda apresenta muitos gargalos associados aos seus aspectos distributivos e ao perfil das atividades financiadas. Além disso, em muitos casos, ele atua de forma desarticulada com outras ações de desenvolvimento rural,⁴ o que limita sua capacidade transformadora (AQUINO; BASTOS, 2015; AQUINO; SCHNEIDER,

4 A desarticulação da política de crédito com as outras políticas de desenvolvimento rural pode se manifestar de diferentes formas. Apenas para ilustrar, ela geralmente acontece quando o agricultor familiar contrata um empréstimo do Pronaf e não recebe, simultaneamente, o apoio de uma política de assistência técnica para melhorar a gestão do seu empreendimento. Da mesma forma, o problema se manifesta quando o produtor financia com o crédito do programa a aquisição de um pequeno rebanho leiteiro, mas não consegue escoar sua produção via mercados institucionais, como o PAA e o PNAE. Em ambos os casos, reduzem-se os efeitos sinérgicos que poderiam existir mediante a ação coordenada das políticas públicas.

2015; GARCIA; HELFAND; SOUZA, 2016). Independente disso, o que interessa reter aqui é que os R\$ 2,86 bilhões aplicados por essa política pública específica no ano do Censo, embora tenham que ser reembolsados, também fizeram parte da expressiva movimentação financeira da agricultura familiar regional, a qual envolve uma cifra maior ainda do que aquele valor registrado na última linha da tabela anterior.

Logo, a agricultura familiar do Nordeste é importante porque gera ocupação e mantém as pessoas no campo. Ela também garante alimentos para as famílias e produz boa parte dos produtos vegetais e animais comercializados nas feiras-livres semanais e mercados das cidades. Além disso, em 2017, os produtores da categoria e suas famílias movimentaram com vendas, recebimentos e operações de crédito rural mais de R\$ 32 bilhões. A circulação desse dinheiro, gasto em bens de consumo e em investimentos durante todo o ano, vai ativar o multiplicador da renda e contribuir para aquecer a economia dos pequenos e médios municípios sertanejos afastados das capitais dos estados da Região.

Este cenário, sem dúvida, é muito mais favorável do que aquele que Celso Furtado encontrou antes da criação da Sudene, em 1959, quando a manutenção da população do campo dependia exclusivamente da agropecuária e as secas se transformavam em verdadeiras crises sociais para os pequenos produtores (GTDN, 1967). Mas é forçoso admitir que a situação ainda está distante do ideal. A questão principal é que a estabilidade do segmento familiar nordestino se mostra bastante dependente das rendas do não trabalho advindas das aposentadorias e das políticas sociais.

Tais rendas, como pôde ser observado, são fundamentais para compensar as vulnerabilidades vivenciadas por grande parte da categoria que individualmente produz muito pouco, classificada no Grupo B do Pronaf, e ajudam a manter as economias locais. Contudo, elas precisam ser articuladas com investimentos produtivos que permitam às pessoas assegurarem sua sobrevivência pelo seu próprio trabalho (AQUINO et al., 2017; MELLO, 2018). Assim sendo, é fundamental a manutenção, ampliação e integração das políticas sociais e de inclusão produtiva, visando superar as “múltiplas carências de

ativos” dos agricultores familiares pobres para que eles possam liberar o seu potencial produtivo e participar mais ativamente do processo de desenvolvimento regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo traçou um retrato atualizado da situação da agricultura familiar do Nordeste no final da segunda década do século XXI, a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017, realizado pelo IBGE. Como critério metodológico, usou-se o recorte da Lei da Agricultura Familiar, que possibilita classificar os produtores por suas relações sociais de produção, se familiares ou do tipo patrão/empregado.

Em linhas gerais, o trabalho evidencia que a agricultura familiar persiste como um segmento social de expressiva importância socioeconômica no contexto regional nordestino. Apesar da Grande Seca que atingiu a Região de 2012 a 2017, e da queda na quantidade de estabelecimentos, o segmento familiar predomina numericamente em todos os estados e ocupa 74% da população local envolvida em atividades agropecuárias, albergando um contingente de 4,7 milhões de pessoas. Por outro lado, os dados analisados revelam muitos problemas e desafios. Nesse sentido, vale destacar que a maioria dos agricultores familiares tem idade avançada, não sabe ler e escrever e desenvolve suas atividades produtivas sem o apoio dos serviços de assistência técnica e extensão rural. Ademais, é preocupante a reduzida participação de agricultores jovens, indicando uma questão desafiadora para a continuidade da categoria no futuro.

Do ponto de vista da sustentabilidade das atividades agrícolas, chama a atenção o baixo uso de práticas conservacionistas. Já sobre os meios materiais de produção, ressalve-se a precariedade de acesso, em particular, à terra, à água e aos bens de capital físico como tecnologias mecânicas. A persistência histórica da concentração de terras é confirmada nos dados do último Censo, ao mostrar que uma pequena quantidade de grandes estabelecimentos concentra a maior parcela das terras agricultáveis mapeadas pelo IBGE. Apesar de boa parte dos agricultores familiares deter a posse da propriedade, há predominância de minifúndios que, em associa-

ção com as características edafoclimáticas da Região, dificultam a exploração agropecuária e limitam os resultados produtivos obtidos.

No que concerne aos recursos hídricos, uma questão crucial é o armazenamento da água. Observa-se melhoria nesse aspecto, em função de políticas públicas de apoio e financiamento, criadas principalmente nas duas últimas décadas. Por outro lado, constata-se a necessidade de avançar, visto que ainda é elevado o número de estabelecimentos sem fontes de água adequadas em seu interior.

Quanto aos aspectos produtivos, os agricultores familiares desempenham um papel fundamental na produção de alimentos básicos e têm baixa inserção nas lavouras comerciais de maior valor agregado como soja, cana-de-açúcar e outros produtos da fruticultura irrigada. Mesmo assim, a categoria foi responsável por aproximadamente 30% de toda a riqueza gerada no campo nordestino, algo correspondente a um valor de mais de R\$ 15,8 bilhões.

Essa produção da agricultura familiar, porém, está concentrada em um pequeno grupo de produtores, correspondente a pouco mais de 11% do total que produz praticamente 62,0% da riqueza da categoria. Por sua vez, a maior parte dos agricultores familiares continua dentro dos limites do Grupo B do Pronaf, apresentando resultados produtivos médios por estabelecimento extremamente baixos, embora conjuntamente tenham produzido um valor próximo a R\$ 6,0 bilhões em 2017.

Os resultados da análise empreendida revelam, em última instância, que o potencial produtivo desses agricultores é bloqueado por “múltiplas carências de ativos” (acesso precário a terra, educação formal, assistência técnica, tecnologias produtivas etc.), compensadas, em parte, pelas políticas sociais e de desenvolvimento rural que contribuem para diversificar as suas fontes de renda.

De fato, as informações referentes às receitas dos estabelecimentos familiares indicam que as suas fontes de entradas de dinheiro provêm da venda de produtos agropecuários, do trabalho não agrícola e, principalmente, do recebimento de benefícios da Previdência Social e de outras políticas de transferência de renda. Também contribuem para as entradas, os recursos do Pronaf operacionalizados pelo BNB, que é um pro-

grama extremamente importante para manter as atividades produtivas da Região. Somadas, as diferentes fontes de ingressos dos agricultores familiares nordestinos movimentaram mais de R\$ 32 bilhões em 2017, contribuindo diretamente para garantir a permanência do segmento no campo e para dinamizar as economias locais.

Este cenário é positivo, mas também sinaliza uma acentuada dependência das rendas do não trabalho, ensejando a necessidade de fortalecimento de políticas públicas capazes de reforçar a base produtiva da maioria do segmento. Nessa perspectiva, parece indiscutível a estratégia de ampliar o acesso ao crédito rural, melhorar os serviços de assistência técnica e a infraestrutura de captação e armazenamento de água no semiárido, além, é claro, de uma política efetiva de distribuição de terras. Porém, nenhuma ação ou política voltada para a agricultura familiar terá o efeito esperado, se operada isoladamente, sendo fundamental que se pense em uma ampla estratégia coordenada de ações de desenvolvimento rural.

Evidentemente, para avançar na compreensão do tema e em qualquer encaminhamento propositivo, é preciso ir além do retrato da agricultura familiar nordestina aqui apresentado, que abordou dados agregados para a Região, sem detalhamento de sua heterogeneidade interna. Daí a importância de se realizar estudos sobre a realidade de cada estado nordestino, a fim de verificar a trajetória histórica do segmento, bem como suas particularidades socioprodutivas. Isso poderá subsidiar novas pesquisas na área, bem como auxiliar os atores sociais e os governantes na formulação de políticas públicas mais precisas visando fomentar o desenvolvimento do segmento. Essas políticas devem envolver ações que contemplem as unidades de produção familiar e o entorno em que elas estão inseridas, mediante a oferta de bens públicos capazes de melhorar a qualidade de vida no campo.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. F. A.; ALMEIDA, C. **O. Cultivo da bananeira para o Agropolo Jaguaribe Apodi, Ceará.** Sistema de produção 5. Embrapa mandioca e fruticultura. Sistema de produção 3 Embrapa Agroindústria Tropical. 2014.

- ALVES, M. O. **Mercado, arame e Estado:** recursos comuns e resistência em Lagoa dos Cavalos no sertão do Ceará. 2012. 341f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste:** contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- AQUINO, J. R. et al. Dimensão e características do público potencial do Grupo B do Pronaf na região Nordeste e no estado de Minas Gerais. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Orgs.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira:** diferentes visões do censo agropecuário 2006. Brasília/DF: IPEA, 2014. p. 77-105.
- AQUINO, J. R. et al. Articulação de políticas para a superação da pobreza rural: um estudo das interfaces entre o Programa Bolsa Família e as políticas de inclusão produtiva no Nordeste e no Sul do Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 48, n. 4, p. 155-173, out./dez., 2017.
- AQUINO, J. R.; BASTOS, F. Dez anos do Programa Agroamigo na região Nordeste: evolução, resultados e limites para o fortalecimento da agricultura familiar. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza/CE, v. 46, suplemento especial, p. 139-160, jul./2015.
- AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 56, n. 1, p. 123-142, jan./mar. 2018.
- AQUINO, J. R.; LACERDA, M. A. D. Magnitude e condições de reprodução econômica dos agricultores familiares pobres no semiárido brasileiro: evidências a partir do Rio Grande do Norte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba/SP, v. 52, Supl. 1, p. 167-188, 2014.
- AQUINO, J. R.; NASCIMENTO, C. A. A Grande Seca e as fontes de ocupação e renda das famílias rurais no Nordeste do Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, n. 2, p. 81-97, abr./jun., 2020.
- AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 53-81.
- ARAÚJO, J. L. P. et al. **Cultivo da mangueira:** custos e rentabilidade. Sistema de produção, 2. Embrapa Semiárido, 2015.
- ARAÚJO, T. B. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, P. F. et al. (Orgs.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento:** Nordeste. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 540-560.
- BNB. Banco do Nordeste do Brasil. **Base de dados do Pronaf**. Fortaleza: BNB, 2019.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional - MIN. **Nova delimitação do Semiárido**. Brasília: SUDENE, 2018. Disponível em: http://sudene.gov.br/images/arquivos/semiario/arquivos/Rela%C3%A7%C3%A3o_de_Munic%C3%ADpios_Semi%C3%A1rido.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.
- BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. **Autonomia e cidadania:** Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: MDA, 2011. p. 11-34.
- CARVALHO, C. P. O. O novo padrão de crescimento no Nordeste semiárido. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza/CE, v.45, n. 3. p. 160-184, jul./set. 2014.
- CASTRO, C. N. **A agricultura no Nordeste brasileiro:** oportunidades e limitações ao desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. (Texto p/ Discussão, nº 1786).
- COÊLHO, J. D. Agricultura familiar no Nordeste. **Informe Rural Etene/BNB**. Fortaleza, ano 4, n. 5, p. 1-11, 2010.
- CRUZ, M. P. M. et al. Diferenciais de rendimentos entre atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural nordestino. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador/BA, v. 2, n. 43, p. 201-231, ago./2019.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, G. C. Previdência social e desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 429-442.

DEL GROSSI, M. E. **Algoritmo para delimitação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017, visando à inclusão de variável no banco de dados do censo, disponível para ampla consulta**. Brasília: FAO/SAF-MAPA/Finatec, 2019. 25p.

DOS ANJOS, J. B.; MELO, R. F. Máquinas, implementos e equipamentos utilizados na agricultura familiar. In: MELO, R. F.; VOLTOLINI, T.V. (Org.). **Agricultura familiar dependente de chuva no semiárido**. Brasília: Embrapa, 2019. p. 173-186.

DUQUE, G. (Org.). **Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento: ensaios e pesquisas em Sociologia Rural**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

DURSTON, J. Estratégias de vida de los jóvenes rurales en América Latina. In: CEPAL. **Juventude rural, modernidad y democracia en América Latina**. Santiago de Chile: Cepal, 1996, p. 55-80.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, segunda versão. Brasília, 1995.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Projeto UFT/BRA/036/BRA, agosto de 1996.

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, 2000.

FERRARO JR., L. A; BURSZTYN, M. Das sesmarias à resistência ao cercamento: razões históricas dos fundos de pasto. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 385-400, maio/ago. 2010.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

GALINDO, O.; FERREIRA IRMÃO, J. A previdência rural e a recuperação econômica e social das famílias no Nordeste. In: DELGADO, G. C.; CARDOSO JR., J. C. (Orgs.). **A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90**. Brasília: Ipea, 2000. p. 165-186.

GARCIA, F.; HELFAND, S.; SOUZA, A. P. Transferencias monetarias condicionadas y políticas de desarrollo rural en Brasil: posibles sinergias entre Bolsa Familia y el Pronaf. In: MALDONADO, J. H. et al. (Orgs.). **Protección, producción, promoción: explorando sinergias entre protección social y fomento productivo rural en América Latina**. Bogotá: Universidad de los Andes/Facultad de Economía/CEDE/FIDA, 2016. p. 69-115.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas/SP: UNICAMP, 1998.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2. ed. Recife: SUDENE, 1967.

GUANZIROLI, C. E.; DI SABBATO, A.; VIDAL, M. F. **Agricultura familiar no Nordeste: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários**. Fortaleza: BNB, 2011.

GUILHOTO, J. J. M.; AZZONI, C. R.; ICHIRARA, S. M. **A participação da agricultura familiar no PIB do Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2012.

HELFAND, S. M.; MOREIRA, A. R. B.; FIGUEIREDO, A. M. R. Explicando as diferenças de pobreza entre produtores agrícolas no Brasil: simulações contrafactuais com o censo agropecuário 1995-96. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 49, n. 2, p. 391-418, abr./jun. 2011.

- HELFAND, S.; PEREIRA, V. Determinantes da pobreza rural e implicações para as políticas públicas no Brasil. In: BUAINAIN, A. M. et al. (Orgs.). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília: IICA, 2012. p. 121-159.
- HERRERA, K. M. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de *care*. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 208-233. 2017.
- IBGE. **Áreas dos municípios**. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- IBGE. **Estimativas da População 2019**. Rio de Janeiro: IBGE/SIDRA, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 21 fev. 2020.
- IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar - MDA/PRONAF (Lei nº 11.326 de 24/07/2006)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultMDA.asp?z=p&o=2&i=P>. Acesso em: 26 out. 2012.
- IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso: 20 jan. 2020.
- LIMA, J. R.; MAGALHÃES, A. R. Secas no Nordeste: registros históricos das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 21. **Parcerias Estratégicas**, Brasília/DF, v. 23, n. 46, p. 191-212, jan./jun. 2018.
- LOPES, G. M. B. et al. **Sistema de produção de banana pra a zona da mata de Pernambuco**. Sistema de Produção 3. Embrapa Tabuleiros Costeiros. 2016.
- MAIA GOMES, G. **Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do semiárido e dos cerrados nordestinos**. Brasília: IPEA, 2001.
- MELLO, J. (Org.). **A inclusão produtiva rural no Brasil sem miséria: o desafio da superação da pobreza no campo**. Brasília: MDS/SAGI, 2015. (Caderno de Estudos, nº 23).
- MELLO, J. **Estratégias de superação da pobreza no Brasil e impactos no meio rural**. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.
- MIRANDA, C.; TORRENS, J.; MATTEI, L. (Orgs.). **O legado das políticas públicas de desenvolvimento rural para a inclusão socioprodutiva no Brasil**. Brasília: IICA, 2017. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 24).
- NEY, M. G.; HOFFMANN, R. Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba/SP, v. 47, n. 1, p. 147-182, jan./mar. 2009.
- NUNES, E. M. et al. Políticas agrárias e agrícolas no contexto do desenvolvimento do Nordeste: evolução, desafios e perspectivas. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília/DF, n. 43, p. 91-126, jul./dez. 2014.
- PEREIRA, C. N. Estrutura agrária no MATOPIBA: apontamentos a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental (Ipea)**. Brasília/DF, n. 21, p. 75-86, jul./dez. 2019.
- REIS, J. N. P. A insustentável distribuição da terra no semiárido brasileiro. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista/BA, v. 16, n. 27, p. 21-38, jan./jun. 2019.
- RIBEIRO, E. M. et al. Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7, n. 2, nov. 2005.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, maio/ago. 2014.

SILVEIRA, F. G. et al. **Políticas públicas para o desenvolvimento rural e de combate à pobreza no campo**. Brasília: IPC-IG/PNUD, 2016.

TEIXEIRA DA SILVA, F. C. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 119-156, abril 1997.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. “Franja periférica”, “pobres do campo”, “camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: SEAF, 2017. p. 64-81.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.